
A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA: IMPACTOS E DESAFIOS PARA A DEMOCRACIA.

RESUMO

O golpe militar ocorrido em 1964, iniciou um regime autoritário no Brasil, que foi marcado pela política, censura, tortura e desaparecimentos forçados. Ao longo desse período, foram criados os Atos Institucionais, que limitaram garantias fundamentais e estabeleceram práticas que violaram sistematicamente os direitos humanos. A transição democrática foi feita de forma lenta e gradual, findando na promulgação da Constituição Federal de 1988, que restaurou o Estado Democrático de Direito.

Este artigo tem como objetivo, analisar as violações dos direitos humanos que foram cometidos na ditadura militar, seus impactos na memória coletiva, justiça de transição e a consolidação da democracia brasileira. Além disso, discute os desafios contemporâneos resultantes desse legado autoritário, tais como a responsabilização dos agentes do regime, a fragilidade das políticas de reparação e persistência de práticas institucionais autoritárias. O estudo faz uma reflexão sobre a importância da preservação da memória histórica e do fortalecimento da democracia para a efetivação dos direitos humanos no Brasil.

Palavras-chave: democracia, direitos humanos, ditadura militar.

1 INTRODUÇÃO

O golpe militar ocorrido em 31 de março de 1964, resultou na deposição do presidente da época, João Goulart, conhecido popularmente como Jango, e instaurou um regime autoritário que se manteve no poder até 1985. O período foi marcado pela centralização do poder político nas mãos das Forças Armadas, além de estabelecer a censura à imprensa, restringir direitos políticos e também promover a perseguição policial aos opositores do regime

Entre os momentos de maior repressão, destacam-se os chamados “anos de chumbo” (1968-1974), que foram caracterizados pela intensificação da censura, perseguição a opositores, onde também ocorreu o fechamento do Congresso Nacional e tortura passou a ser utilizada contra os presos políticos. Essas práticas marcaram profundamente a sociedade brasileira, pois além de terem afetado os indivíduos que foram diretamente perseguidos, deixaram um rastro de medo por um longo tempo.

Com a abertura política iniciada no final dos anos de 1970 e a posterior redemocratização ocorrida em 1985, foi iniciado um processo de reconstrução nacional, culminando assim na promulgação da Constituição de 1988, ocorrida em 5 de outubro de 1988, conhecida como a “Constituição Cidadã”. No entanto, ainda há muitos desafios a serem superados, pois os impactos do regime autoritário ainda se fazem presente, nos revelando obstáculos na consolidação da democracia e a estabilização dos direitos humanos.

Esse estudo tem como justificativa, a importância de analisar como as violações ocorridas durante a ditadura militar influenciaram a formação da democracia brasileira atual. O objetivo geral consiste na compreensão das consequências dessas violações dos direitos humanos e a discussão dos seus impactos no Estado Democrático de Direito e os desafios atuais para o fortalecimento da democracia.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A ditadura militar causou um impacto profundo na história política e social do país, em vista que o regime militar durou 21 anos. Nesse período, a centralização de poder, a intensa repressão política e a supressão dos direitos fundamentais, causaram impactos profundos na sociedade. O regime se consolidou a partir do discurso de defesa da ordem e segurança nacional, onde foram utilizados os instrumentos institucionais para controlar a oposição política e restringir a participação política (Skidmore, 1988).

O Ato Institucional 5, conhecido como AI-5, foi um dos mais emblemáticos, pois ele garantiu ao regime poderes excepcionais, para perseguir a oposição, fechar o Congresso Nacional e censurar manifestações artísticas, jornalísticas e culturais (Skidmore, 1988; Gaspari, 2002). O período ficou conhecido como “Anos de Chumbo”, devido a extrema violência e perseguição.

Mesmo com o processo de redemocratização que foi iniciado em 1985 e com a promulgação da Constituição de 1988, os efeitos da ditadura militar ainda são visíveis na sociedade brasileira. Santos (2021), reforça que a preservação da memória dos direitos humanos é fundamental para compreender o impacto social ocorrido no período e para fortalecer a cultura dos direitos humanos no Brasil.

3 METODOLOGIA

O tema da presente pesquisa é a relação do período da ditadura militar brasileira e os desafios da democracia, direitos humanos e direitos fundamentais,

demonstrando a importância da manutenção da ordem democrática, visto que regimes totalitários em sua essência caçam direitos dos cidadãos e desrespeitam o próprio ordenamento jurídico, com relativização das leis e perseguições políticas violentas.

O trabalho se baseia em uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, realizado com cuidadosa análise de livros, artigos, leis, atos institucionais e outros dados históricos da época analisada.

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise das práticas de repressão durante a ditadura militar brasileira revela que os mecanismos de violência institucional causaram impactos profundos e duradouros na sociedade. Segundo Skidmore (1988), a centralização do poder e a supressão dos direitos e liberdades civis, foram fundamentais para a manutenção do regime, criando um ambiente de medo e silenciamento político. Durante os “anos de chumbo”(1968-1974), a perseguição política, a tortura e a censura, foram amplamente utilizadas contra os opositores, artistas e intelectuais, conforme documentado por Gaspari (2002).

Essas práticas não restringiram apenas a liberdade de expressão e participação política, mas também causaram marcas profundas nas vítimas e na população em geral, que passaram a conviver com um clima de intimidação constante. A preservação da memória das violações de direitos humanos é essencial para a democracia contemporânea. Santos (2021) destaca que o registro e a análise histórica das violações contribuem para fortalecer a cultura dos direitos humanos e promover a reflexão crítica sobre o passado, para evitar que práticas autoritárias se repitam. Além disso, a discussão evidencia que a transição democrática, embora marcada pela promulgação da Constituição de 1988, não eliminou totalmente os efeitos do regime militar.

O legado autoritário em algumas instituições e a ausência de responsabilização plena de agentes do período reforçam os desafios atuais para a consolidação da democracia do Brasil (Skidmore, 1988; Gaspari,2002; Santos, 2021). Portanto, esse estudo contribui para o campo científico ao integrar análises históricas e sociais sobre a ditadura militar, reforçando a importância da preservação da memória e da educação em direitos humanos com instrumentos de fortalecimento da democracia e a prevenção de retrocessos autoritários.

5 CONCLUSÃO

A ditadura militar brasileira teve impactos profundos e duradouros na sociedade, com violações dos direitos humanos que ainda refletem nos dias atuais. A preservação da memória histórica é fundamental para consolidar a democracia e fortalecer a cultura dos direitos humanos no Brasil. Portanto, é essencial que sejam

superados os legados autoritários do passado, garantindo a proteção dos direitos fundamentais e evitando que práticas semelhantes se repitam no futuro.

6 REFERÊNCIAS

GASPARI, Elio. ***A ditadura derrotada. O sacerdote e o feiticeiro.*** São Paulo : Companhia das Letras, 2003

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória e ditadura militar:** Lembrando as violações de direitos humanos. *Tempo Social*, v. 33, p. 289-309, 2021.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castello a Tancredo (1964-1985).** 1988